

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	22/03/2013	Dividendo	09/04/2013	Ordinária		0,01472
Assembléia Geral Extraordinária	22/03/2013	Dividendo	09/04/2013	Preferencial		0,01619
Assembléia Geral Extraordinária	22/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	09/04/2013	Ordinária		0,69841
Assembléia Geral Extraordinária	22/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	09/04/2013	Preferencial		0,76825

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	32.388.390	31.888.888
1.01	Ativo Circulante	15.040.590	14.312.230
1.01.01	Disponibilidades	112.376	121.853
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.351.758	6.514.841
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	7.337.984	6.384.020
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.774	130.821
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	732.133	459.453
1.01.03.01	Carteira Própria	581.400	309.498
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	150.733	149.955
1.01.04	Relações Interfinanceiras	350.294	315.987
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	48.746	1.126
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	294.261	306.374
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	5.682	6.191
1.01.04.04	Repases Interfinanceiros	963	986
1.01.04.05	Correspondentes	642	1.310
1.01.05	Relações Interdependências	537	0
1.01.06	Operações de Crédito	4.344.315	4.775.461
1.01.06.01	Setor Público	96.074	102.633
1.01.06.02	Setor Privado	4.892.893	5.096.503
1.01.06.03	Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-644.652	-423.675
1.01.08	Outros Créditos	2.126.623	2.100.029
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	8
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	552.412	592.978
1.01.08.03	Rendas a Receber	26.150	25.434
1.01.08.04	Negociações e Intermediações de Valores	4	4
1.01.08.05	Diversos	1.605.054	1.558.087
1.01.08.06	Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-56.997	-76.482
1.01.09	Outros Valores e Bens	22.554	24.606
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	5.967	5.924
1.01.09.02	Provisões para Desvalorizações	-758	-760
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	17.345	19.442
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.124.088	17.375.096
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	10.631.993	10.783.710
1.02.02.01	Carteira Própria	9.395.949	9.691.773
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	857.213	665.509
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	143.584	193.640
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	235.247	232.788
1.02.03	Relações Interfinanceiras	41.155	40.609
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	519	3
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	37.746	37.156
1.02.03.03	Repases Interfinanceiros	2.890	3.450
1.02.05	Operações de Crédito	5.725.245	5.748.868
1.02.05.01	Setor Público	1.211.289	1.262.790
1.02.05.02	Setor Privado	4.780.319	4.861.160

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-266.363	-375.082
1.02.07	Outros Créditos	725.695	801.909
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	7
1.02.07.02	Diversos	725.695	806.214
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-4.312
1.03	Ativo Permanente	223.712	201.562
1.03.01	Investimentos	1.766	1.720
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.069	7.023
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	221.144	198.906
1.03.02.01	Imóveis de Uso	157.500	152.457
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	105.410
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	212.535	191.645
1.03.02.04	Depreciação Acumulada	-254.301	-250.606
1.03.05	Diferido	802	936
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	2.390	2.939
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.588	-2.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	32.388.390	31.888.888
2.01	Passivo Circulante	11.234.275	10.594.408
2.01.01	Depósitos	5.121.259	4.772.938
2.01.01.01	Depósitos à Vista	115.659	118.635
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.583.818	1.615.970
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	649.941	593.137
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.771.841	2.445.196
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	909.854	738.598
2.01.02.01	Carteira Própria	772.064	581.802
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	137.790	156.796
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	67.646	75.476
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	45.355	66.869
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	22.291	8.607
2.01.04	Relações Interfinanceiras	33.061	66
2.01.04.01	Recebimento e Pagamentos a Liquidar	33.061	66
2.01.05	Relações Interdependências	4.173	15.586
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.142	15.578
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	31	8
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	802.202	826.189
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Financeiras	18.542	17.912
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	783.660	808.277
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	130.887	121.769
2.01.07.01	Tesouro Nacional	231	253
2.01.07.02	BNDES	108.542	101.633
2.01.07.03	FINAME	22.114	19.883
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	88.388	88.354
2.01.09	Outras Obrigações	4.076.805	3.955.432
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.181	2.184
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.389	3.154
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	266	32.008
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	95.069	95.061
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	428.226	825.052
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	68	68
2.01.09.07	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	1.780.650	1.673.702
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	75.443	74.143
2.01.09.09	Diversas	1.664.513	1.250.060
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	18.666.374	18.610.729
2.02.01	Depósitos	4.894.005	5.048.501
2.02.01.01	Depósitos à Vista	11.370	15.383
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	73.969	78.890
2.02.01.03	Depósito a Prazo	4.808.666	4.954.228
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	82.689	81.917
2.02.02.01	Carteira Própria	82.689	81.917
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.276.678	1.318.769

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	424	418
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.276.254	1.318.351
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	17.978	17.912
2.02.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	17.978	17.912
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.451.564	1.464.432
2.02.07.01	Tesouro Nacional	584	556
2.02.07.02	BNDES	1.324.935	1.333.988
2.02.07.03	FINAME	126.045	129.888
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	712.602	736.841
2.02.09	Outras Obrigações	10.230.858	9.942.357
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.515	6.405
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	5.401.656	5.005.676
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.169.116	1.128.249
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.360.703	1.332.382
2.02.09.05	Diversas	2.294.868	2.469.645
2.05	Patrimônio Líquido	2.487.741	2.683.751
2.05.01	Capital Social Realizado	2.437.000	2.142.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	22.331	22.904
2.05.03.01	Ativos Próprios	22.331	22.904
2.05.04	Reservas de Lucro	130.110	425.110
2.05.04.01	Legal	130.054	130.054
2.05.04.02	Estatutária	440	295.440
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-384	-384
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-384	-384
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-392.218	-218.392
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	290.518	312.129

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	695.033	807.730
3.01.01	Operações de Crédito	382.682	417.230
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	331.085	352.173
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-48.572	-12.776
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	22.383	46.080
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	4.307	5.023
3.01.06	Operações de Vendas ou de Transferência de Ativos Financeiros	3.148	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-596.650	-614.450
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-180.440	-253.549
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-172.915	-242.657
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-243.295	-118.244
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	98.383	193.280
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-144.487	-36.433
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	389.765	345.316
3.04.02	Despesas de Pessoal	-277.853	-283.887
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-195.723	-206.462
3.04.04	Despesas Tributárias	-51.176	-49.353
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	416.464	581.904
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-425.964	-423.951
3.05	Resultado Operacional	-46.104	156.847
3.06	Resultado Não Operacional	97	339
3.06.01	Receitas	259	718
3.06.02	Despesas	-162	-379
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-46.007	157.186
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-91.596	-106.833
3.09	IR Diferido	115.427	22.328
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-8	-3.742
3.10.01	Participações	-8	-3.742
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-22.184	68.939
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,25501	0,79248

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-22.184	68.939
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-173.252	12.705
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-172.276	36.637
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	68.910	-14.655
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	956	955
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-382	-382
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-70.460	-9.850
4.03	Resultado Abrangente do Período	-195.436	81.644

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	559.578	1.322.193
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	555.744	450.438
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-22.184	68.939
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	8.099	7.276
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-2	-392
6.01.01.04	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	243.295	118.244
6.01.01.06	Provisão para Passivos Contingentes (Risco do FNE)	246.204	171.997
6.01.01.07	Provisão para Passivos Contingentes	18.245	22.540
6.01.01.08	Provisão Benefícios Pós Emprego	23.050	54.770
6.01.01.09	Despesas de Outras Provisões Operacionais	2.115	2.486
6.01.01.10	Reversão de Provisões Operacionais	-33.566	-56.220
6.01.01.11	Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	28.321	29.374
6.01.01.12	Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	42.167	31.424
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.834	871.755
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-572.557	-139.262
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-13.808	-17.078
6.01.02.03	Operações de Crédito	213.988	204.138
6.01.02.04	Outros Créditos	86.262	192.186
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	2.114	-2.700
6.01.02.06	Depósitos	193.826	233.422
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	172.028	64.707
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-49.922	-20.567
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-51.876	-72.225
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	48.165	2.187
6.01.02.11	Outras Obrigações	14.771	465.621
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-39.157	-38.674
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-332.712	-159.752
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-302.402	-145.075
6.02.02	Inversões em Investimentos	-46	-109
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-30.418	-14.680
6.02.04	Inversões em Bens não de Uso Próprio	-287	-143
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	214	194
6.02.07	Alienação de Bens não de Uso Próprio	227	61
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-1
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	0	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	226.866	1.162.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.484.104	3.185.694
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.710.970	4.348.134

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.142.000	0	22.904	425.110	0	93.737	2.683.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	312.129	-312.129	0
5.03	Saldo Ajustado	2.142.000	0	22.904	425.110	312.129	-218.392	2.683.751
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-22.184	0	-22.184
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-573	0	573	-173.826	-173.826
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-103.366	-103.366
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-573	0	573	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-70.460	-70.460
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.437.000	0	22.331	130.110	290.518	-392.218	2.487.741

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.010.000	0	25.198	244.152	0	50.149	2.329.499
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.010.000	0	25.198	244.152	0	50.149	2.329.499
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	68.939	0	68.939
5.05	Destinações	0	0	0	-7.009	-14.966	0	-21.975
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-14.966	0	-14.966
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-7.009	0	0	-7.009
5.05.03.01	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	-7.009	0	0	-7.009
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-573	0	573	21.982	21.982
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	21.982	21.982
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-573	0	573	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.142.000	0	24.625	105.143	54.546	72.131	2.398.445

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	832.100	1.193.093
7.01.01	Intermediação Financeira	695.033	807.730
7.01.02	Prestação de Serviços	389.765	345.316
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-243.295	-118.244
7.01.04	Outras	-9.403	158.291
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-353.355	-496.206
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-184.237	-195.911
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-16.561	-14.774
7.03.02	Serviços de Terceiros	-92.918	-81.052
7.03.04	Outros	-74.758	-100.085
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-38.993	-48.072
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-4.263	-14.788
7.03.04.03	Transportes	-4.830	-3.758
7.03.04.04	Segurança	-6.246	-5.507
7.03.04.05	Viagens	-3.118	-3.672
7.03.04.06	Outras	-17.308	-24.288
7.04	Valor Adicionado Bruto	294.508	500.976
7.05	Retenções	-8.099	-7.276
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.099	-7.276
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	286.409	493.700
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	286.409	493.700
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	286.409	493.700
7.09.01	Pessoal	237.983	250.628
7.09.01.01	Remuneração Direta	173.364	161.015
7.09.01.02	Benefícios	51.757	77.744
7.09.01.03	F.G.T.S.	12.862	11.869
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	67.223	170.858
7.09.02.01	Federais	63.678	167.590
7.09.02.02	Estaduais	5	3
7.09.02.03	Municipais	3.540	3.265
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.387	3.275
7.09.03.01	Aluguéis	3.387	3.275
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.184	68.939
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.184	68.939

Comentário do Desempenho



Relatório da Administração

1º trimestre de 2013

Comentário do Desempenho

INTRODUÇÃO

No primeiro trimestre de 2013, o Banco do Nordeste contratou o valor de aproximadamente R\$ 4,3 bilhões, envolvendo 941.203 operações de empréstimos e financiamentos, apresentando crescimento de 14,0% na quantidade e de 18,2% no valor em relação ao primeiro trimestre de 2012. Dessa maneira, o Banco do Nordeste iniciou o ano de 2013 com o firme propósito de atingir o objetivo estratégico de apoiar o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre buscando atender prioritariamente o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Articulação de convênio entre o Banco do Nordeste e a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão para beneficiar setor industrial – Em 6 de fevereiro de 2013, as equipes técnicas do Banco do Nordeste e da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) realizaram reunião de trabalho para definição de pontos iniciais do acordo de parceria. As duas instituições estão em processo de formalização de um convênio de cooperação para fornecimento de produtos e serviços. O objetivo é ampliar as possibilidades de execução de programas conjuntos, principalmente por meio da ampliação das oportunidades de financiamentos para o setor industrial. As principais linhas de financiamento do Banco do Nordeste para o setor serão apresentadas na próxima reunião do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da Fiema, órgão responsável por elaborar e acompanhar as iniciativas que dizem respeito ao desenvolvimento industrial e tecnológico, promovendo debates para criação e execução de políticas públicas para o segmento industrial. Após definição de todos os termos da parceria, o convênio será formalizado e apresentado às Diretorias da Fiema e do Banco do Nordeste para posterior assinatura.

Firmatura de convênio entre o Banco do Nordeste e o Governo do Estado da Paraíba para fortalecimento de projetos de inclusão produtiva e Arranjos Produtivos Locais – Em 19 de fevereiro de 2013, o Banco do Nordeste e o Governo do Estado da Paraíba, por meio do projeto Cooperar, celebraram convênio que visa à organização e ao fortalecimento de projetos de inclusão produtiva e Arranjos Produtivos Locais (APLs) priorizados no Estado. A assinatura aconteceu durante o seminário “Paraíba – Desertificação, agroecologia e os desafios da sustentabilidade”, realizado no Centro de Convenções Raymundo Asfora, em Campina Grande (PB). No Estado, os Arranjos Produtivos Locais priorizados são: caprinocultura (Cariri Ocidental); agroecologia irrigada (Zona da Mata Sul); algodão colorido (Alto Sertão e Borborema); moveleiro (Zona da Mata Norte); couro-calçadista (Borborema e Médio Sertão); bovinocultura de leite (Borborema, Vale do Paraíba, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Médio Sertão, Médio Piranhas, Vale do Piancó, Vale do Piranhas e Alto Sertão); e arroz vermelho (Vales do Piancó e do Rio do Peixe).

Efetivação de parceria entre o Banco do Nordeste e o Governo de Alagoas para beneficiar pequenos negócios no interior do Estado – Uma parceria entre o Banco do Nordeste e o Governo de Alagoas, por meio da agência de fomento Desenvolve, promete fortalecer os pequenos negócios no interior do Estado. Representantes das

Comentário do Desempenho

duas instituições estiveram reunidos em 20 de fevereiro de 2013 para discutir a formatação de um convênio específico para o setor, bem como analisar possíveis projetos a serem beneficiados. O objetivo da parceria é unir os projetos das duas instituições e fortalecer os pequenos negócios, visando beneficiar todos os pequenos negócios no entorno do Canal do Sertão, a maior obra hídrica do Estado. O convênio é resultado das articulações entre o Banco do Nordeste e o Governo de Alagoas, tendo sido discutidas medidas para minimizar os impactos da estiagem no Estado, como acesso ao crédito e regularização de dívidas para produtores atingidos pela seca, além de linha de crédito específica para reposição do rebanho leiteiro. O Banco do Nordeste, por meio do programa FNE Seca, já atendeu mais de 10 mil famílias em Alagoas. Foram aplicados recursos no valor de R\$ 67,1 milhões, beneficiando as populações de 36 municípios em estado de emergência.

Promoção de seminários pelo Banco do Nordeste sobre incentivos para reinvestimento na região Sudeste – No início do mês de março de 2013, o Banco do Nordeste promoveu uma série de seminários sobre incentivos para reinvestimento, voltados para grandes empresas com atuação na região Nordeste. Foram realizados eventos em Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). O objetivo foi disseminar a utilização desse benefício fiscal pelas empresas instaladas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e incrementar a captação dos respectivos recursos, que devem ser, necessariamente, depositados no Banco do Nordeste. Em São Paulo (SP), o seminário foi prestigiado por 37 representantes de grandes grupos empresariais que possuem unidades produtivas no Nordeste, a exemplo da Ambev, Klabin, Votorantim, Pirelli e Liquigás. O encontro também ensejou o estreitamento do relacionamento com os diversos clientes presentes ao evento e a abertura de canal para a conquista de novos clientes para o Banco, gerando a possibilidade de crescimento da captação de recursos financeiros. No Rio de Janeiro (RJ), o seminário foi prestigiado por executivos das áreas tributária e de finanças corporativas de aproximadamente 20 empresas. O incentivo consiste em reinvestir o percentual de 30% incidente sobre o imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desse percentual) de recursos próprios, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Somente em 2012, o Banco do Nordeste captou R\$ 134,6 milhões em Depósitos para Reinvestimento. Na posição de 31 de dezembro de 2012, o saldo de captação era de R\$ 401,7 milhões. Podem ter acesso ao incentivo as empresas situadas na área de atuação da Sudene, que atuem nos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo.

Realização de *workshop* com fornecedores dos setores ceramista e gesseiro – Em 22 de março de 2013, fornecedores de serviços, projetos e tecnologias em eficiência energética para os setores ceramista e gesseiro do Nordeste estiveram reunidos em um *workshop* no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas do Banco do Nordeste, em Fortaleza (CE). O objetivo foi discutir estratégias que promovessem a sustentabilidade de empreendimentos desses setores. O encontro foi fruto do acordo de Cooperação Técnica firmado em abril de 2012 entre o Banco do Nordeste e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para impulsionar os setores ceramista e gesseiro, tão importantes para a economia da região Nordeste. O mercado da cerâmica concentra-se em Russas (CE) e na região do Seridó (RN e PB). Já o mercado gesseiro localiza-se em Araripina (PE).

Firmatura de acordo entre o Banco do Nordeste e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para ampliar acesso ao microcrédito – Em 28 de

Comentário do Desempenho

março de 2013, na cidade de Fortaleza (CE), o Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmaram acordo de cooperação técnica visando fomentar o acesso ao microcrédito produtivo e orientado, bem como melhorar a capacidade técnica, gerencial e financeira de empreendedores de baixa renda. Pela nova parceria, as entidades se comprometeram a definir ações e metas relacionadas à inclusão creditícia. O Banco do Nordeste e o MDS elaborarão plano de trabalho contendo ações de fomento ao microcrédito produtivo e orientado, com o respectivo cronograma de realização. Entre as atribuições do Banco do Nordeste está a de atender, por meio dos programas Crediamigo e Agroamigo, potenciais microempreendedores integrantes do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal. Vale registrar que 1,2 milhão de empreendedores foram atendidos no âmbito do Programa Crescer pelo Banco do Nordeste no ano de 2012, o que colaborou decisivamente para os resultados desse Programa.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Encontro Anual dos Coordenadores e Assessores do Programa Crediamigo – Em 11 de janeiro de 2013, o Banco do Nordeste realizou o Encontro Anual dos Coordenadores e Assessores do Crediamigo em Fortaleza (CE). O Crediamigo buscará atender 26,1% do mercado elegível de microfinanças urbana no ano de 2013, mercado que atualmente é de 6,4 milhões de empreendedores. Na oportunidade, o Presidente do Banco do Nordeste chamou atenção para o fato de que todo empreendedor é um ser humano que tem sonhos e deseja o crescimento de sua atividade. Ele também ressaltou a importância do serviço de orientação e consultoria prestado pelo assessor de crédito, considerado fundamental para o sucesso do empreendimento. Para 2013, o Presidente do Banco do Nordeste prevê a continuidade da forte inserção do Crediamigo nos programas sociais do Governo Federal, bem como o aumento das ações voltadas para a população de baixa renda.

Videoconferência do Banco do Nordeste com superintendentes estaduais para avaliar o desempenho das Superintendências em relação às metas estabelecidas para os meses de janeiro e fevereiro de 2013 – Em 20 de fevereiro de 2013, por meio de videoconferência, a Diretoria do Banco do Nordeste reuniu-se com os superintendentes estaduais visando avaliar o desempenho das Superintendências em relação às metas estabelecidas para os meses de janeiro e fevereiro de 2013. Na ocasião, os gestores estaduais prestaram contas dos resultados e expuseram estratégias para o alcance das metas, tais como reuniões de orientação aos gerentes de Agências, visitas às Unidades, clientes e parceiros institucionais e acompanhamento sistemático da inadimplência. A orientação da Presidência do Banco do Nordeste foi no sentido de que os gestores intensificassem visitas e parcerias com associações comerciais e industriais em busca de novos clientes, principalmente micro e pequenas empresas.

Disseminação pelo Banco do Nordeste das principais ações de Administração de Crédito – Em 21 de fevereiro de 2013, o Banco do Nordeste realizou a 4ª videoconferência da Área de Administração de Crédito, abordando assuntos como a análise da qualidade do ativo, o acompanhamento de reembolsos e os maiores impactos no incremento da provisão. Na oportunidade, foram divulgadas as principais ações em andamento e o planejamento estratégico da Área para 2013. Participaram da videoconferência cerca de 370 funcionários, que ficaram responsáveis por repassar os informes e sugestões geradas no Fórum de Gestão de cada Unidade.

Comentário do Desempenho

Reunião de avaliação dos resultados do Banco do Nordeste com os superintendentes estaduais – Em 11 de março de 2013, o Presidente do Banco do Nordeste reuniu-se com os superintendentes estaduais no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza (CE), para discutir o andamento do programa de ação da empresa e alinhar estratégias de atuação. Na ocasião, o Presidente do Banco ressaltou a necessidade do cumprimento das metas mensais de aplicação e conformidade, bem como o acompanhamento sistemático das contratações com vistas à construção do resultado previsto para o final do ano. Os gestores devem ter atenção especial com o controle da adimplência, uma vez que essa variável tem grande influência no lucro do Banco. Foi ressaltada a necessidade de dar mais agilidade aos processos, de ampliar a base de clientes e de melhorar o atendimento.

Inauguração do primeiro Espaço Nordeste do Rio Grande do Norte – Em 22 de março de 2013, o Banco do Nordeste realizou a solenidade de inauguração de seu primeiro Espaço Nordeste no Rio Grande do Norte, situado no município de Parelhas (RN), Seridó Potiguar. O Espaço será coordenado pela Agência do Banco em Jardim do Seridó (RN), responsável pela carteira de clientes de Parelhas (RN). Viabilizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e a Prefeitura de Parelhas (RN), o Espaço Nordeste se caracteriza como um ambiente voltado para o melhor atendimento a clientes nos segmentos de microfinanças urbana e rural e micro e pequenas empresas, proporcionando ainda o fortalecimento da cultura nordestina e ações sociais, com o objetivo de impulsionar a geração de emprego e renda.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Banco do Nordeste contratou o valor de aproximadamente R\$ 4,3 bilhões no primeiro trimestre de 2013, envolvendo 941.203 operações de empréstimos e financiamentos, apresentando crescimento de 14,0% na quantidade e de 18,2% no valor em relação ao primeiro trimestre de 2012.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2013, foi contratado o montante de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões de recursos do Fundo, com 122.072 operações realizadas, o que significa um crescimento de 21,3% na quantidade de operações e de 76,4% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2012.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o Banco do Nordeste desembolsou R\$ 1,2 bilhão, contratando 732.811 operações no primeiro trimestre de 2013, em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. No primeiro trimestre de 2012, foi desembolsado o valor de R\$ 845,5 milhões, com a contratação de 591.652 operações. Comparando-se os dois períodos, o Banco do Nordeste apresentou um crescimento de 38,3% no valor desembolsado e de 23,9% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o Banco do Nordeste contratou 114.328 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 567,7 milhões no primeiro trimestre de 2013, o que representa um crescimento de 79,5% no valor contratado e de 22,5% na quantidade de operações com relação ao primeiro trimestre de 2012.

Cumprir registrar que, dentro do Pronaf, o Banco do Nordeste opera o Agroamigo,

Comentário do Desempenho

programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural, tendo sido contratado o valor de R\$ 210,9 milhões no primeiro trimestre de 2013, com 82.789 operações realizadas com agricultores familiares, representando um crescimento de 2,5% no valor e uma redução de 3,0% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2012.

Com relação ao programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste como um todo, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão no primeiro trimestre de 2013, contratando 815.600 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação, com um crescimento de 31,3% no valor desembolsado e de 20,5% na quantidade de operações comparativamente a igual período de 2012.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o Banco do Nordeste contratou 13.607 operações de financiamento no montante de R\$ 419,2 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2013, representando redução de 17,4% no valor contratado e de 38,5% na quantidade de operações com relação ao primeiro trimestre de 2012.

Quanto ao resultado financeiro, o Banco do Nordeste registrou prejuízo no valor de aproximadamente R\$ 22,2 milhões no primeiro trimestre de 2013, enquanto que havia apresentado lucro líquido de R\$ 59,1 milhões no primeiro trimestre de 2012.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro trimestre de 2013, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Trimestres findos em 31 de Março de 2013 e de 2012****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);e
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado. Entretanto, o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil e é também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

Notas Explicativas

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente. O Pasp e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

1) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais era contabilizado no Resultado, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/2009.

A entrada em vigor da Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de janeiro de 2013, proporcionou mudança de prática na contabilização dos benefícios pós-emprego, tendo em vista que os valores correspondentes ao custo do serviço corrente e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo são reconhecidos no Resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido do passivo, são reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de março e 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas pela apuração das perdas atuariais dos períodos, utilizando-se as melhores estimativas a partir dos dados disponíveis para cálculos da espécie, e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios pós-emprego, na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695.

Os efeitos dessa reapresentação estão resumidos a seguir:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31 de Dezembro de 2012			31 de Março de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Outras Obrigações/Diversas ⁽¹⁾	-	-	-	1.927.424	(9.850)	1.917.574
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽²⁾	93.737	(312.129)	(218.392)	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados ⁽³⁾	-	312.129	312.129	44.696	9.850	54.546

⁽¹⁾ O ajuste registrado em “Outras Obrigações Diversas” refere-se ao valor da perda atuarial apurada, registrada originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

⁽²⁾ A alteração registrada em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” refere-se ao valor da perda atuarial apurada, registrada originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

⁽³⁾ O ajuste registrado Lucros/Prejuízos Acumulados refere-se ao valor da perda atuarial apurada, registrada originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31 de Março de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Despesas de Pessoal	(293.737)	9.850	(283.887)

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste registrado na rubrica “Despesas de Pessoal” decorrente do valor da perda atuarial apurada sobre cálculos de Benefícios Pós-Emprego.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	31 de Março de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ganhos ou Perdas Atuariais ⁽¹⁾	-	(9.850)	(9.850)

⁽¹⁾ O ajuste registrado na conta “Ganhos e Perdas Atuariais” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31 de Março de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido ⁽¹⁾	59.089	9.850	68.939
Outras Obrigações ⁽²⁾	475.471	(9.850)	465.621

⁽¹⁾ O ajuste registrado no Lucro Líquido refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ A ajuste realizado na conta “Outras Obrigações” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31 de Março de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros/Prejuízos Acumulados ⁽¹⁾	44.696	9.850	54.546

⁽¹⁾ O ajuste registrado na conta “Lucros/Prejuízos Acumulados” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31 de Março de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Benefícios ⁽¹⁾	87.594	(9.850)	77.744
Lucros Retidos no Exercício ⁽²⁾	59.089	9.850	68.939

⁽¹⁾ O ajuste realizado em Benefícios refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado em Lucros Retidos no Exercício refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

Notas Explicativas

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.03.2013 e 31.03.2012.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 31.03.2013			01.01 a 31.03.2012		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	728.592	383.002	1.111.594	1.016.520	373.453	1.389.973
Receitas de Operações de Crédito	382.682	-	382.682	417.230	-	417.230
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	189.413	141.672	331.085	202.813	149.360	352.173
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(48.572)	-	(48.572)	(12.776)	-	(12.776)
Resultado de Operações de Câmbio	22.383	-	22.383	46.080	-	46.080
Resultado de Aplicações Compulsórias	4.307	-	4.307	5.023	-	5.023
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	3.148	-	3.148	-	-	-
Outras Receitas	175.231	241.330	416.561	358.150	224.093	582.243
Despesas	(463.095)	(388.661)	(851.756)	(471.811)	(314.691)	(786.502)
Despesas de Captação no Mercado	(180.440)	-	(180.440)	(253.549)	-	(253.549)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(37.620)	(135.295)	(172.915)	(100.018)	(142.639)	(242.657)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(243.295)	(246.204)	(489.499)	(118.244)	(171.996)	(290.240)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(1.740)	(7.013)	(8.753)	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	-	(149)	(149)	-	(56)	(56)
Margem Financeira	265.497	(5.659)	259.838	544.709	58.762	603.471
Rendas de Prestação de Serviços	55.207	328.635	383.842	48.295	291.646	339.941
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	5.923	-	5.923	5.375	-	5.375
Pasep e Cofins	(20.071)	(27.499)	(47.570)	(20.996)	(25.036)	(46.032)
Resultado após Tarifas e Comissões	306.556	295.477	602.033	577.383	325.372	902.755
Despesas Administrativas			(473.576)			(490.349)
Despesas de Pessoal			(277.853)			(283.887)
Depreciação e Amortização			(8.099)			(7.276)
Outras Despesas Administrativas			(187.624)			(199.186)
Outras Despesas			(162.858)			(230.191)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(11.606)			(25.029)
Lucro antes da Tributação e Participações			(46.007)			157.186
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			23.831			(84.505)
Participações no Lucro			(8)			(3.742)
Lucro Líquido			(22.184)			68.939

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 10 (R\$ 9 em 31.03.2012) compõem o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Disponibilidades em Moeda Nacional	111.030	118.242
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	1.346	3.611
Total da Disponibilidade de Caixa	112.376	121.853
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	-	28.017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.598.594	6.334.234
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 27.c)	6.710.970	6.484.104

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
a) Aplicações no Mercado Aberto	7.337.984	6.384.020
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	7.200.194	6.227.215
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	137.790	156.805
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.774	130.821
Aplicações em Moeda Estrangeira	13.774	23.801
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	107.020
Total	7.351.758	6.514.841
Saldo de Curto Prazo	7.351.758	6.514.841

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	113.014	85.124
Posição Bancada	110.483	82.232
Posição Financiada	2.531	2.892
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.720	6.296
Total	114.734	91.420

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Títulos Disponíveis para Venda	11.198.390	11.028.442
Títulos Mantidos até o Vencimento	22.152	21.081
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	143.584	193.640
Total	11.364.126	11.243.163
Saldo de Curto Prazo	732.133	459.453
Saldo de Longo Prazo	10.631.993	10.783.710

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.03.2013				31.12.2012			
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	10.672.029	10.654.416	(17.613)		10.332.613	10.494.910	162.297	
Letras Financeiras do Tesouro	7.995.334	7.999.272	3.938	2013 a 2018	7.904.113	7.904.764	651	2013 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	11	11	-	2014	11	11	-	2014
Notas do Tesouro Nacional	1.169.539	1.414.147	244.608	2050	1.155.266	1.562.643	407.377	2050
Letras Financeiras	707.972	661.298	(46.674)	2014 a 2019	477.168	447.406	(29.762)	2014 a 2016
Debêntures	765.713	574.335	(191.378)	2014 a 2018	760.074	572.019	(188.055)	2014 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	-	-	-	-	2.709	2.622	(87)	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.635	5.137	(1.498)	2027	6.755	5.231	(1.524)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	26.543	-	(26.543)	1993	26.237	-	(26.237)	1993
Títulos da Dívida Agrária	282	216	(66)	2013 a 2022	280	214	(66)	2013 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	15.656	14.295	(1.361)		15.569	14.211	(1.358)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.361	-	(1.361)	2014	1.358	-	(1.358)	2014
Cotas de FIDC	12.283	12.283	-	2014	13.850	13.850	-	2014
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	1.668	1.668	-	2100				
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	237	237	-	Sem Vencimento	221	221	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	107	107	-	Sem Vencimento	140	140	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	140.298	143.698	3.400		140.298	136.579	(3.719)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	350	187	(163)	Sem Vencimento	350	218	(132)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	143.511	3.563	Sem Vencimento	139.948	136.361	(3.587)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	386.455	385.981	(474)		383.734	382.742	(992)	
Letras Financeiras do Tesouro	385.677	385.897	220	2013 a 2018	379.297	379.358	61	2013 a 2018
Títulos Públicos Federais – Outros	778	84	(694)	1993 a 2027	664	-	(664)	1993
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-		108	85	(23)	2027
Debêntures	-	-	-		3.665	3.299	(366)	2018
Total da Categoria	11.214.438	11.198.390	(16.048)		10.872.214	11.028.442	156.228	
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	140.593		-	-	134.442	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(134.174)		-	-	(196.933)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	(9.629)		-	-	93.737	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 150.733 (R\$ 148.277 em 31.12.2012); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.707 (R\$ 1.678 em 31.12.2012); Garantias em Processos Judiciais R\$ 218.003 (R\$ 217.510 em 31.12.2012); e Demais Garantias R\$ 15.538 (R\$ 15.277 em 31.12.2012).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUC1910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, o valor de R\$ (16.048) (R\$ 156.228 em 31.12.2012). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (9.629) (R\$ 93.737 em 31.12.2012).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.03.2013			31.12.2012		
	Valor Custo (Contábil)	Valor de Mercado ^(*)	Faixa de Vencimento	Valor Custo (Contábil)	Valor de Mercado ^(*)	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	22.152	22.140		21.081	21.068	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2013	2.020	2.020	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	234	222	2013 a 2014	247	234	2013 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	12.465	12.465	2017	11.974	11.974	2017
FIP Brasil Agronegócios	7.433	7.433	2018	6.840	6.840	2018
Total da Categoria	22.152	22.140		21.081	21.068	

* Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º trimestre de 2013 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	113.014	85.124
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.720	6.296
Títulos de Renda Fixa	216.313	260.726
Títulos de Renda Variável	38	27
Total	331.085	352.173

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2013, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Especificação	Vr. Nominal	Composição em 31.03.2013						
		Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	142.954	-	111.322	-	31.632	-	31.632
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	178.151	630	6.696	-	4.037	1.041	3.072	(2.031)
Total	1.265.786	143.584	6.696	111.322	4.037	32.673	3.072	29.601
Crédito Tributário (Nota 21.b)								1.229
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(13.069)

Notas Explicativas

Composição em 31.12.2012								
Especificação	Vr. Nocial	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	193.611	-	137.066	56.545	56.545	-	56.545
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	194.672	29	8.589	-	(5.498)	109	5.607	(5.498)
Total	1.282.307	193.640	8.589	137.066	51.047	56.654	5.607	51.047
Crédito Tributário (Nota 21.b)								2.243
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(22.662)

Especificação	31.03.2013		31.12.2012	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	516	-	402
3 a 12 meses	-	1.880	-	1.782
1 a 3 anos	100.374	3.752	121.537	5.198
3 a 5 anos	436	548	29	1.207
5 a 15 anos	42.774	-	72.074	-
Total	143.584	6.696	193.640	8.589

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.03.2013				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.230.471	1.119.149	1.294.929	1.151.975	31.632
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.227.785		1.295.758		67.973

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 2.787 sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2012				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.236.368	1.099.301	1.325.291	1.131.679	56.545
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.233.631		1.325.882		92.251

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 1.117 sobre os juros da operação.

A operação foi avaliada como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do trimestre.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Notas Explicativas

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	198.314	202.351	202.908	208.975	(2.030)

Especificação	31.12.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	213.189	216.250	218.139	226.698	(5.498)

c.3) Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Não há registro de garantias ofertadas pelo Banco nas posições de 31.03.2013 e 31.12.2012.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Swap	(48.572)	(12.776)
Total	(48.572)	(12.776)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.03.2013			31.12.2012		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	263.871	-	263.871	262.606	-	262.606
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	30.390	-	30.390	43.768	-	43.768
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	60.818	(23.072)	37.746	60.045	(22.889)	37.156
Tesouro Nacional - Crédito Rural	7.527	(1.326)	6.201	7.370	(1.176)	6.194
Total	362.606	(24.398)	338.208	373.789	(24.065)	349.724
Saldo de Curto Prazo	301.269	(1.326)	299.943	313.741	(1.176)	312.565
Saldo de Longo Prazo	61.337	(23.072)	38.265	60.048	(22.889)	37.159

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.561	3.898
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	773	841
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	156	15
Desvalorização de Créditos Vinculados	(183)	269
Total	4.307	5.023

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.03.2013		31.12.2012	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.980.575	(911.015)	11.323.086	(798.757)
Curto Prazo	4.988.967	(644.652)	5.199.136	(423.675)
Longo Prazo	5.991.608	(266.363)	6.123.950	(375.082)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	668.500	(10.353)	699.792	(34.225)
Curto Prazo	584.906	(10.353)	607.699	(29.913)
Longo Prazo	83.594	-	92.093	(4.312)
Total	11.649.075	(921.368)	12.022.878	(832.982)

Notas Explicativas

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Adiantamentos a Depositantes	80	273
Empréstimos	4.725.304	5.038.759
Títulos Descontados	75.932	95.074
Financiamentos	2.041.030	2.019.435
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	312.146	334.816
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	431.418	443.895
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.639.602	1.575.278
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.754.820	1.815.313
Subtotal de Operações de Crédito	10.980.575	11.323.086
Avais e Fianças Honrados	-	16
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	15.322	13.335
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.388	1.545
Títulos e Créditos a Receber	7.502	33.314
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	538.002	540.285
Créditos Vinculados de Operações Adquiridos em Cessão	106.286	111.297
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	668.500	699.792
Total	11.649.075	12.022.878

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.12.2012
Empréstimos e Títulos Descontados	184.268	187.235
Financiamentos	123.856	173.450
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	53.394	35.213
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	21.079	21.104
Outros Valores	85	228
Total	382.682	417.230

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2013	Total em 31.12.2012
Rural	8.648	3.436	24.246	64.384	49.300	1.424.273	1.574.287	1.537.264
Indústria	81.429	92.350	59.508	195.220	251.079	1.406.913	2.086.499	2.141.798
Governo	6.319	6.319	6.319	32.009	45.108	1.211.289	1.307.363	1.365.420
Outros Serviços	651.932	542.568	462.646	615.830	492.021	1.347.100	4.112.097	4.366.458
Comércio	111.188	239.248	130.848	261.866	367.364	264.707	1.375.221	1.490.195
Intermediários Financeiros	4.631	4.752	4.633	14.216	28.564	147.660	204.456	217.446
Habitação	981	805	637	1.028	277	21	3.749	3.825
Pessoas Físicas	3.840	3.119	5.984	11.057	7.419	21.879	53.298	53.071
Total	868.968	892.597	694.821	1.195.610	1.241.132	5.823.842	10.716.970	11.175.477

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.03.2013	Total em 31.12.2012
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	82	124	1.068	3.108	2.186	19.926	26.494	17.518
Indústria	4.946	10.138	5.169	18.347	29.883	45.360	113.843	99.722
Outros Serviços	14.378	14.919	9.080	18.451	32.648	128.494	217.970	165.980
Comércio	8.712	7.291	7.594	19.792	29.893	59.593	132.875	103.306
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	2.292
Habitação	16	7	2	1	-	-	26	44
Pessoas Físicas	372	461	275	714	1.007	988	3.817	4.207
Total	28.506	32.940	23.188	60.413	95.617	254.361	495.025	393.069

Notas Explicativas

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2013	Total em 31.12.2012
Rural	24	1.918	9.898	5.377	9.456	7.457	15.623	49.753	35.369
Indústria	2.535	2.636	9.630	6.876	117.430	19.889	13	159.009	159.609
Outros Serviços	3.055	9.838	13.637	9.327	31.710	57.085	450	125.102	153.701
Comércio	1.819	9.644	24.859	7.843	25.452	27.977	366	97.960	95.897
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	1	1	4.594
Habitação	-	4	23	1	6	2	-	36	22
Pessoas Físicas	28	438	654	503	1.585	1.991	20	5.219	5.140
Total	7.461	24.478	58.701	29.927	185.639	114.401	16.473	437.080	454.332

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2013				31.12.2012			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.269.010	-	3.269.010	-	3.227.863	-	3.227.863	-
A	4.400.489	-	4.400.489	22.002	4.606.780	-	4.606.780	23.034
B	2.449.558	37.402	2.486.960	24.870	2.195.279	30.772	2.226.051	22.260
C	148.366	78.585	226.951	6.809	539.012	162.347	701.359	21.041
D	77.041	58.108	135.149	13.515	140.787	61.917	202.704	20.270
E	30.822	113.989	144.811	43.443	127.966	148.345	276.311	82.893
F	131.013	147.860	278.873	139.437	133.261	64.891	198.152	99.076
G	47.500	70.965	118.465	82.925	13.973	50.194	64.167	44.917
H	163.171	425.196	588.367	588.367	190.556	328.935	519.491	519.491
Total	10.716.970	932.105	11.649.075	921.368	11.175.477	847.401	12.022.878	832.982

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	832.982	630.060
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	243.220	614.291
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(154.836)	(411.369)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	921.368	832.982
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.569	46.064
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	75	599
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	-	(94)
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.644	46.569
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	968.012	879.551

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	(240.781)	(116.738)
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	(2.439)	(1.449)
(-) Reversões de Provisões Operacionais	-	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	(243.220)	(118.187)
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(75)	(57)
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(243.295)	(118.244)

f) No 1º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 21.079 (R\$ 21.104 em 31.03.2012) e as renegociações importaram em R\$ 79.370 (R\$ 216.723 em 31.03.2012).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.03.2013, um efeito positivo no valor de R\$ 17.795 (R\$ 12.516 em 31.03.2012), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Efetivação de Rendimentos	8.062	2.856
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	3.712	8.168
Despesas com Deságios	(994)	(581)
Efeito Líquido de Provisões	7.015	2.073
Total	17.795	12.516

Notas Explicativas**NOTA 10 – Outros Créditos**

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	15
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	552.412	592.978
c) Rendas a Receber	26.150	25.434
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.330.749	2.364.301
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.080.684	954.532
Créditos Tributários-TVM , Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	169.011	173.585
Devedores por Depósitos em Garantia	693.810	683.936
Impostos e Contribuições a Compensar	47.225	208.888
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	39.102	200.754
Outros Valores	8.123	8.134
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	7.502	33.314
Adiantamentos e Antecipações Salariais	23.410	1.650
Pagamentos a Ressarcir	10.013	9.905
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	4.662	3.687
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	9.054	7.793
Outros Valores	258.630	260.263
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(56.997)	(80.794)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(10.353)	(34.225)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.644)	(46.569)
Total	2.852.318	2.901.938
Saldo de Curto Prazo	2.126.623	2.100.029
Saldo de Longo Prazo	725.695	801.909

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	537.049	561.941
Direitos sobre Vendas de Câmbio	266	21.677
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(224)	(3.975)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	15.321	13.335
Ativo Circulante (Nota 10.b)	552.412	592.978
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	538.002	550.656
Câmbio Vendido a Liquidar	266	21.637
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(538.002)	(540.285)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	266	32.008

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01. a 31.03.2013	01.01. a 31.03.2012
Rendas de Câmbio	22.566	46.178
Despesas de Câmbio	(183)	(98)
Total	22.383	46.080

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 31.03.2013			31.03.2013		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	-	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.068	46	-	1.114	1.114	-	1.114
Total	1.720	46	-	1.766	1.766	-	1.766

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 31.03.2013			31.03.2013			
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽²⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação				
Edificações	105.813	5.042	-	(2.452)	108.403	245.885	(137.482)	108.403
Sistema de Processamento de Dados	30.833	18.159	(82)	(2.950)	45.960	98.684	(52.724)	45.960
Móveis e Equipamentos de Uso	23.099	5.279	(113)	(1.194)	27.071	59.714	(32.643)	27.071
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	17.025
Instalações	6.681	435	(2)	(364)	6.750	17.337	(10.587)	6.750
Sistema de Comunicação	114	2	(3)	(6)	107	394	(287)	107
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	5.209	294	-	-	5.503	5.503	-	5.503
Sistema de Segurança	6.638	1.207	(14)	(294)	7.537	14.781	(7.244)	7.537
Sistema de Transporte	3.494	-	-	(706)	2.788	16.122	(13.334)	2.788
Total	198.906	30.418	(214)	(7.966)	221.144	475.445	(254.301)	221.144

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 31.03.2013			31.03.2013			
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽¹⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos em Imóveis de Terceiros	936	-	-	(133)	802	2.390	(1.588)	802
Total	936	-	-	(133)	802	2.390	(1.588)	802

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo diferido.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Depósitos à Vista	127.029	134.018
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	18.971	23.182
Depósitos de Governos	18.840	14.256
Depósitos Vinculados	54.576	61.875
Pessoas Jurídicas	20.356	21.824
Pessoas Físicas	13.598	11.548
Outros Valores	688	1.333
Depósitos de Poupança	1.583.818	1.615.970
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.017.108	987.872
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	565.977	627.331
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	733	767
Depósitos Interfinanceiros	723.910	672.027
Depósitos a Prazo	7.580.507	7.399.424
Depósitos a Prazo	5.618.815	5.411.838
Depósitos Judiciais com Remuneração	736.983	741.822
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 26)	47.730	101.634
Proger Urbano	2.230	4.416
Protrabalho	1.556	2.049
Infraestrutura	41.747	37.398
Estiagem	93	161
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	2.104	57.610
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 26)	585.474	559.375
Proger Urbano	61.972	63.028
Protrabalho	127.126	133.046
Infraestrutura	201.955	214.391
Estiagem	6.847	7.126
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	187.574	141.784
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	590.446	584.007
Outros Valores	1.059	748
Total	10.015.264	9.821.439
Saldo de Curto Prazo	5.121.259	4.772.938
Saldo de Longo Prazo	4.894.005	5.048.501

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Carteira Própria	854.753	663.719
Letras Financeiras do Tesouro	854.753	663.719
Carteira de Terceiros	137.790	156.796
Letras Financeiras do Tesouro	63.549	156.796
Letras do Tesouro Nacional	37.008	-
Notas do Tesouro Nacional	37.233	-
TOTAL	992.543	820.515
Saldo de Curto Prazo	909.854	738.598
Saldo de Longo Prazo	82.689	81.917

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 31.03.2013	01.01. a 31.03.2012
Despesas de Captações com Depósitos	(165.409)	(234.849)
Depósitos a Prazo	(90.270)	(119.923)
Depósitos de Poupança	(16.220)	(17.080)
Depósitos Judiciais	(11.473)	(11.952)
Depósitos Interfinanceiros	(4.460)	(3.199)
Depósitos Especiais	(17.082)	(24.803)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(23.204)	(55.528)
Outros Depósitos	(2.700)	(2.364)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(15.031)	(18.700)
Carteira de Terceiros	(2.547)	(2.908)
Carteira Própria	(12.484)	(15.792)
Total	(180.440)	(253.549)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2013	Total em 31.12.2012
Empréstimos no País	-	18.542	17.978	-	-	-	36.520	35.824
Empréstimos no Exterior	403.359	380.301	-	-	-	-	783.660	808.277
Repasses do País	38.409	92.478	267.087	361.535	578.596	244.346	1.582.451	1.586.201
Repasses do Exterior	32.012	56.376	170.679	173.447	368.476	-	800.990	825.195
Total	473.780	547.697	455.744	534.982	947.072	244.346	3.203.621	3.255.497
Saldo de Curto Prazo							237.817	1.036.312
Saldo de Longo Prazo							2.182.144	2.219.185

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2013	31.12.2012
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	36.520	35.824
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	783.660	808.277
Total		820.180	844.101
Saldo de Curto Prazo		802.202	826.189
Saldo de Longo Prazo		17.978	17.912

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2013	31.12.2012
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	815	809
BNDES		1.433.477	1.435.621
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.062.249	1.060.969
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	371.228	374.652
Finame		148.159	149.771
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	130.577	132.471
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	17.582	17.300
Total		1.582.451	1.586.201
Saldo de Curto Prazo		130.887	121.769
Saldo de Longo Prazo		1.451.564	1.464.432

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2013	31.12.2012
BID-Prodetur I	USD + 2,40	410.827	414.436
BID-Prodetur II	USD + 1,19	383.784	403.862
BID-Outros Programas	USD + 1,19	6.278	6.690
Outros Programas	USD + 6,0	101	207
Total		800.990	825.195
Saldo de Curto Prazo		88.388	88.354
Saldo de Longo Prazo		712.602	736.841

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2013	01.01. a 31.03.2012
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(697)	(1.001)
Obrigações por Empréstimos no País	(697)	(1.001)
Despesas de Obrigações por Repasses	(45.200)	(73.600)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(26.177)	(21.580)
Tesouro Nacional	(5)	(10)
BNDES	(24.687)	(20.475)
Finame	(1.485)	(1.095)
Outras Instituições	-	-
Despesas de Repasses do Exterior	(19.023)	(52.020)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(17.409)	(50.307)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(109.609)	(117.749)
Total	(172.915)	(242.657)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.03.2013 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.03.2013 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2012 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	614.012	636.431	647.714
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	616.559	662.114	679.244
Total				600.000	1.230.571	1.298.545	1.326.958
Saldo de Curto Prazo						22.291	8.607
Saldo de Longo Prazo						1.276.254	1.318.351

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.03.2013	31.12.2012
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,32 CDI	44.711	45.779	67.287
Saldo de Curto Prazo			45.355	66.869
Saldo de Longo Prazo			424	418

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 226 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.389	3.154
Recursos do Proagro	104	118
Recebimentos de Tributos Federais	27.213	-
IOF a Recolher	2.484	2.927
Outros Tributos e Assemelhados	588	109
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	266	32.008
c) Sociais e Estatutárias	95.069	95.061
Dividendos e Bonificações a Pagar	65.066	65.066
Participações nos Lucros	30.003	29.663
Outros Tributos e Assemelhados	-	332
d) Fiscais e Previdenciárias	428.226	825.052
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	119.617	118.345
Impostos e Contribuições	82.669	82.258
Causas Fiscais	36.948	36.087
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	159.043	227.740
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	147.243	219.595
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	7.763	8.145
Outros Valores	4.037	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)	97.966	401.577
Imposto de Renda ⁽¹⁾	60.357	246.087
Contribuição Social ⁽²⁾	37.609	155.490
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	51.600	77.390
e) Negociação e Intermediação de Valores	68	68
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.182.306	6.679.378
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 28.a.1)	7.020.734	6.534.337
Outros Valores	161.572	145.041
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.244.559	1.202.392
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	1.360.703	1.332.382
i) Diversas	3.966.077	3.728.294
Provisão para Passivos Contingentes	2.337.884	2.145.730
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	186.949	179.319
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	105.660	106.080
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	614	258
FNE (Nota 22.e.vii)	1.997.168	1.820.070
Repasse	1.266	1.308

Notas Explicativas

Risco Integral	100.519	99.149
Risco Compartilhado	1.895.383	1.719.613
FDNE (Nota 22.e.viii)	426	420
Proagro (Nota 22.e.ix)	2.675	3.388
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.x)	44.392	36.195
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.528.401	1.493.127
Benefício Pós-Emprego	1.363.026	1.327.310
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 28.a.2)	597.074	576.635
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I (Nota 28.a.2)	-	99
Plano de Assistência Médica (Nota 28.a.2)	765.952	750.576
Despesa de Pessoal	135.117	131.998
Outros Valores	30.258	33.819
Outros Valores	93.096	80.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.696	8.589
Total	14.307.663	13.897.789
Saldo de Curto Prazo	4.076.805	3.955.432
Saldo de Longo Prazo	10.230.858	9.942.357

⁽¹⁾ Em 31.03.2013, inclui o valor complementar de R\$ 271 (R\$ 281, em 31.12.2012) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2011.

⁽²⁾ Em 31.03.2013, inclui o valor complementar de R\$ 163 (R\$ 162, em 31.12.2012) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2011.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2013	31.12.2012
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a.	22.12.2010	1.244.559	1.202.392
Saldo de Curto Prazo				75.443	74.143
Saldo de Longo Prazo				1.169.116	1.128.249

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.360.703	1.332.382
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	480.335	433.857
Recursos aplicados ⁽²⁾	880.368	898.525
Total (Nota 28.a.1)	1.360.703	1.332.382

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22.03.2013, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 295.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.142.000 para R\$ 2.437.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital está em processo de homologação pelo Banco Central.

Composição em 31.03.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 22.331 (R\$ 22.904 em 31.12.2012) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no 1º trimestre importa em R\$ 573 (R\$ 2.294 em 31.12.2012).

Notas Explicativas

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.03.2013, representam, respectivamente, R\$ 23,94 e R\$ 21,01 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

Tendo em vista a mudança de política contábil referente a benefício pós-emprego, proporcionada por conta das disposições da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que revogou a Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009, com vigência a partir de 01.01.2013, foram recalculados os valores das obrigações atuariais retrospectivamente ao exercício de 2012, apurando-se perdas atuariais transferidas para Lucros/Prejuízos Acumulados, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Capef		Camed	Total em 31.12.2012
	Plano BD	Plano CVI	Plano Natural	
Perdas Atuariais	113.867	100	198.162	312.129

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2013	01.01. a 31.03.2012
a) Receitas de Prestação de Serviços	383.842	339.941
Administração de Fundos de Investimentos	4.296	4.021
Administração de Fundos e Programas	333.172	296.170
Prestação de Serviços	46.374	39.750
b) Rendas de Tarifas Bancárias	5.923	5.375
c) Despesas de Pessoal	(277.853)	(283.887)
Proventos	(170.911)	(155.346)
Encargos Sociais	(60.721)	(59.890)
Plano de Aposentadoria e Pensão	(6.030)	(21.993)
Plano de Assistência Médica	(17.020)	(22.927)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(23.171)	(23.731)
d) Outras Despesas Administrativas	(195.723)	(206.462)
Processamento de Dados	(32.632)	(39.792)
Propaganda e Publicidade	(829)	(10.079)
Serviços de Terceiros	(80.127)	(69.388)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(10.085)	(10.646)
Viagens	(3.118)	(3.672)
Comunicações	(6.361)	(8.280)
Depreciação e Amortização	(8.099)	(7.276)
Manutenção e Conservação de Bens	(9.863)	(7.402)
Vigilância, Segurança e Transporte	(11.077)	(9.265)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.434)	(4.709)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.797)	(4.022)
Serviços Técnicos Especializados	(7.994)	(7.642)
Seguros	(1.163)	(1.085)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatórios	(5.740)	(13.004)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(688)	(492)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(989)	(941)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(3.000)	(5.600)
Outros Valores	(5.727)	(3.167)
e) Despesas Tributárias	(51.176)	(49.353)
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(47.580)	(46.041)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.278)	(3.032)
Outros Valores	(318)	(280)
f) Outras Receitas Operacionais	416.464	581.904
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	242.309	224.943
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	97.626	205.060
Reversão de Provisão Operacional sobre riscos com operações do FNE	42	-
Recuperação de Encargos e Despesas	2.182	1.437
Reversão de Provisões Operacionais	33.524	55.798
Juros	129	75.115
Correção Monetária	639	135
Resultado da Marcação a Mercado	9.528	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	17.872	6.848
Outros Valores	12.613	12.568
g) Outras Despesas Operacionais	(425.964)	(423.951)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(37)	(1.676)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(59.373)	(155.948)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1)	(3)

Notas Explicativas

Descontos Concedidos em Renegociações	(158)	(458)
Encargos de Operações de Crédito	(26.338)	(1.553)
Riscos Fiscais	(2.115)	(2.489)
Riscos com Operações do FNE	(246.204)	(171.996)
Riscos com Operações do FDNE	(6)	(28)
Causas Trabalhistas	(8.332)	(7.060)
Causas Cíveis	(803)	(15.478)
Outras Causas	(356)	(2)
Outros Passivos Contingentes	(8.754)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(42.167)	(31.424)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(7.088)	(7.779)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(21.233)	(21.595)
Outros Valores	(2.999)	(6.462)
Total	(144.487)	(36.433)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º trimestre de 2013 foi de R\$ 59.847 (R\$ 65.959 em 31.03.2012) e a de Contribuição Social foi de R\$ 37.303 (R\$ 40.874 em 31.03.2012).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(46.007)	147.336	(46.007)	147.336
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(8)	(3.742)	(8)	(3.742)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	-	(14.967)	-	(14.967)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	(46.015)	128.627	(46.015)	128.627
Adições/Exclusões Permanentes	(79.237)	(7.501)	(79.330)	(7.501)
Adições/Exclusões Temporárias	374.990	152.327	374.990	152.327
Resultado Tributável antes das Compensações	249.738	273.453	249.645	273.453
Resultado Tributável após Compensações	249.738	273.453	249.645	273.453
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(62.428)	(68.357)	(37.446)	(41.018)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.342	2.159	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	239	239	143	144
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(59.847)	(65.959)	(37.303)	(40.874)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados	(2.523)	-	(1.514)	-
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	78.852	13.962	47.300	8.366
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL e Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – IFD e Item Objeto de Hedge	(707)	-	(425)	-
Total de IRPJ/CSLL	15.774	(51.997)	8.057	(32.508)
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	34,28%	35,29%	17,51%	22,06%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	59.847	244.850	37.303	154.755
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	239	956	143	573
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	60.086	245.806	37.446	155.328
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(26.704)	(138.400)	(12.452)	(64.323)
Valor dos Tributos a Recolher do Período	33.382	107.406	24.994	91.005

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido + alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2011 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Notas Explicativas

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.03.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.03.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.03.2013
Provisões	596.574	78.852	675.426	357.958	47.300	405.258	954.532	126.152	1.080.684
TVM	84.026	3.845	87.871	50.416	2.306	52.722	134.442	6.151 ⁽¹⁾	140.593
IFD	1.403	(635)	768	840	(379)	461	2.243	(1.014)	1.229
Item Objeto de Hedge	23.062	(6.069)	16.993	13.838	(3.642)	10.196	36.900	(9.711)	27.189

⁽¹⁾ Valor registrado em "Ajustes de Avaliação Patrimonial."

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.12.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.12.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.12.2012
Provisões	156.634	439.940	596.574	93.995	263.963	357.958	250.629	703.903	954.532
TVM	14.658	69.368	84.026	8.795	41.621	50.416	23.453	110.989 ⁽¹⁾	134.442
IFD	-	1.403	1.403	-	840	840	-	2.243	2.243
Item Objeto de Hedge	-	23.062	23.062	-	13.838	13.838	-	36.900	36.900

⁽¹⁾ Valor registrado em "Ajustes de Avaliação Patrimonial."

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
1. Total das Diferenças Temporárias	5.054.695	4.687.741	5.054.695	4.687.741
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.263.673	1.171.935	758.204	703.161
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	675.426	596.574	405.258	357.958
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	105.632	108.491	63.379	65.094
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	781.058	705.065	468.637	423.052
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	482.615	466.870	289.567	280.109

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.03.2013, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2013	8,28	250.534	236.023	150.308	141.604	400.842	377.627
2014	8,50	94.350	81.922	56.610	49.153	150.960	131.075
2015	8,82	46.518	37.117	27.911	22.270	74.429	59.387
2016	8,53	88.418	65.004	53.051	39.003	141.469	104.007
2017	8,34	195.606	132.738	117.378	79.652	312.984	212.390
TOTAL		675.426	552.804	405.258	331.682	1.080.684	884.486

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over - selic média, projetadas pelo Bacen na data de 28.03.2013.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e dos Instrumentos Financeiros Derivativos apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2013	27.353	16.412	43.765
2014	2.794	1.676	4.470
2015	4.763	2.858	7.621
2016	47.697	28.618	76.315
2017	2	1	3
2018 a 2020	5.647	3.388	9.035
2021 a 2023	3	2	5
2027 a 2029	380	228	608
TOTAL	88.639	53.183	141.822

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre o Item Objeto de Hedge, na posição de 31.03.2013, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2015	5.605	3.363	8.967
2019	11.389	6.833	18.222
TOTAL	16.993	10.196	27.189

Notas Explicativas

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.03.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.03.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.03.2013
TVM	123.082	(39.223)	83.859	73.851	(23.536)	50.315	196.933	(62.759)	134.174
IFD	14.165	(5.997)	8.168	8.497	(3.596)	4.901	22.662	(9.593)	13.069
Reserva de Reavaliação	5.090	(238)	4.852	3.055	(144)	2.911	8.145	(382)	7.763
Decorrentes de créditos recuperados ⁽¹⁾	-	2.523	2.523	-	1.514	1.514	-	4.037	4.037

⁽¹⁾ Na forma do art. 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.12.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.12.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 31.12.2012
TVM	35.553	87.529	123.082	21.332	52.519	73.851	56.885	140.048	196.933
IFD	-	14.165	14.165	-	8.497	8.497	-	22.662	22.662
Reserva de Reavaliação	6.048	(958)	5.090	3.628	(573)	3.055	9.676	(1.531)	8.145
Decorrentes de créditos recuperados ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Na forma do art. 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e sobre os Instrumentos Financeiros Derivativos apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com cronograma abaixo.

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	21.267	12.760	34.027
2014	2	1	3
2015	2.680	1.608	4.288
2016	165	99	264
2017	663	398	1.061
2018 a 2020	6.097	3.659	9.756
2050 a 2052	61.153	36.691	97.844
Total	92.027	55.216	147.243

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	970	582	1.552
2014	970	582	1.552
2015	970	582	1.552
2016	970	582	1.552
2017	970	582	1.552
Total	4.852	2.911	7.763

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	374	224	598
2014	360	216	576
2015	332	199	531
2016	349	210	559
2017	454	272	726
2018 a 2022	483	290	773
2023 a 2027	93	56	149
2028 a 2032	78	47	125
Total	2.523	1.514	4.037

Notas Explicativas

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(47.580)	(46.041)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.278)	(3.032)
Outros Valores	(318)	(280)
Total	(51.176)	(49.353)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as disposições legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas

- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota.

Especificação	31.03.2013		31.12.2012	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1)Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	82.669	82.669	82.258	82.258
a.2) Causas Fiscais	1.016.446	36.948	989.961	36.087
i) Obrigação Legal	675	675	655	655
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.015.771	36.273	989.306	35.432
Provável	36.273	36.273	35.432	35.432
Possível	751.648	-	730.784	-
Remota	227.850	-	223.090	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)				
b.1) Causas Trabalhistas	300.456	186.949	287.462	179.319
Provável	186.949	186.949	179.319	179.319
Possível	37.335	-	35.504	-
Remota	76.172	-	72.639	-
b.2) Causas Cíveis	3.177.300	105.660	2.970.422	106.080
Provável	105.660	105.660	106.080	106.080
Possível	575.443	-	504.709	-
Remota ⁽¹⁾	2.496.197	-	2.359.633	-
b.3) Outras Causas	1.874	614	1.382	258
Provável	614	614	258	258
Possível	1.258	-	1.091	-
Remota	2	-	33	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) Pagamento de contribuição extra a Capef - R\$ 733.692 (R\$ 696.964 em 31.12.2012); b) repetição de indébito- R\$ 278.414 (R\$ 264.477 em 31.12.2012); c) indenização por danos morais e materiais - R\$ 300.874 (R\$ 186.155 em 31.12.2012); e d) pagamento de multa e indenização por danos morais - R\$ 158.462 (R\$ 150.530 em 31.12.2012) . Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.471.442 (R\$ 1.298.126 em 31.12.2012).

e) Movimentação das Provisões

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.258	82.269
Constituição	1.253	1.742
Reversão/Utilização/Baixa	(842)	(1.753)
Saldo Final	82.669	82.258
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	655	1.063
Constituição	20	157
Reversão/Utilização/Baixa	-	(565)
Saldo Final	675	655
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	35.431	29.246
Constituição	1.047	6.269
Reversão/Utilização/Baixa	(205)	(84)
Saldo Final	36.273	35.431
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	179.319	182.824
Constituição	8.813	33.983
Reversão/Utilização/Baixa	(1.183)	(37.488)
Saldo Final (Nota 16.i)	186.949	179.319
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.080	106.653
Constituição	11.464	52.148
Reversão/Utilização/Baixa	(11.884)	(52.721)
Saldo Final (Nota 16.i)	105.660	106.080
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	258	140
Constituição	379	207
Reversão/Utilização/Baixa	(23)	(89)
Saldo Final (Nota 16.i)	614	258
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.820.070	1.386.807
Constituição	246.162	699.670

Notas Explicativas

Reversão/Utilização/Baixa	(69.064)	(266.407)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.997.168	1.820.070
viii) FDNE		
Saldo Inicial	420	1.593
Constituição	6	340
Reversão/Utilização/Baixa	-	(1.513)
Saldo Final (Nota 16.i)	426	420
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.388	3.299
Constituição	-	155
Reversão/Utilização/Baixa	(713)	(66)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.675	3.388
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	36.195	86.551
Constituição	8.754	61.615
Reversão/Utilização/Baixa	(557)	(111.971)
Saldo Final (Nota 16.i)	44.392	36.195

- f)O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g)Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h)A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2013, R\$ 338.713. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 328.645 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.03.2013, perfazem respectivamente, R\$ 196.871 e R\$ 133.513. Na posição de 31.12.2012, representavam, respectivamente, R\$ 191.019 e R\$ 129.544, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2013, R\$ 104.663. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 99.423, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2013, R\$ 40.773. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 38.732 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2013, R\$ 29.376. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 27.905 com nível de risco possível.

- i)Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Demandas Trabalhistas	440.896	434.226
Demandas Fiscais	209.896	207.801
Demandas Cíveis	31.028	31.145
Total	681.820	673.172

- j)Em “Outros Passivos Contingentes”, registram-se os valores de: R\$ 21.091 (R\$ 21.464, em 31.12.2012), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna, R\$ 15.120 (R\$ 14.731, em 31.12.2012) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 8.181 referente a provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito, registrado em março de 2013.

Notas Explicativas

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.03.2013	31.12.2012
Máxima	28.467,55	28.467,55
Mínima	1.040,44	1.040,44
Média	7.678,75	7.617,03

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.03.2013		31.03.2012		31.03.2013		31.03.2012	
	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal			
Remuneração Bruta ⁽¹⁾								
Maior remuneração individual ⁽²⁾	143.799,57	107.535,89	10.426,98	7.619,10	10.426,98	7.619,10	10.426,98	7.619,10
Menor remuneração individual ⁽³⁾	111.276,78	49.115,99	10.426,98	7.619,10	10.426,98	7.619,10	10.426,98	7.619,10
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	123.111,58	84.890,27	9.906,69	7.619,10	10.025,71	7.619,10	10.025,71	7.619,10
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	6	6	6	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 60ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 93ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 22.03.2013.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.03.2013, o número de funcionários do Banco totalizava 6.194 (6.169 em 31.12.2012), registrando-se um acréscimo de 0,41% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre benefícios pós-emprego:

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 695, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.03.2013, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2012, 1:1).

Notas Explicativas

b.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

b.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

b.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 44.307.283 (R\$ 42.848.130 em 31.12.2012) está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 7.018.674 (R\$ 6.532.248 em 31.12.2012), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 106.974 (R\$ 113.265 em 31.03.2012).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2013	Provisão em 31.12.2012
AA	2.649.128	-	-
A	12.620.655	31.532	30.863
B	9.515.681	48.097	45.937
C	897.062	13.313	16.678
D	656.527	32.705	33.787
E	417.539	62.403	67.542
F	319.826	80.041	144.175
G	319.175	126.876	96.118
H	3.180.884	1.602.201	1.384.970
Total	30.576.477	1.997.168	1.820.070

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 241.288 (R\$ 224.093 em 31.03.2012).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98,

Notas Explicativas

Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 298.815 (R\$ 268.553 em 31.03.2012).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.03.2013	31.12.2012
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	853	1.073
Proger-Urbano Investimento	017/2006	22.166	22.817
FAT - Infra-Estrutura	018/2006	262.923	268.446
Pronaf Investimento	019/2006	-	139
Proger-Rural - Custeio	020/2006	-	1.757
Pronaf - Custeio	001/2007	-	207
Proger-Rural - Investimento	002/2007	109	26.944
Protrabalho Investimento	004/2007	162.116	161.139
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	204.513	155.249
Total		652.680	637.771

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 633.204 (R\$ 661.009 em 31.12.2012) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 47.730 (R\$ 101.634 em 31.12.2012).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos;e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2013		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.933	45	93	6.847	6.940
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	18.680	516	2.230	61.972	64.202
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	33.978	1.951	41.747	201.955	243.703
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	516	10	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	83	2	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	34.308	206	1.556	127.126	128.681
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	35.084	1.199	2.104	187.574	189.678
Total (Nota 13.a)			125.582	3.929	47.730	585.474	633.204

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.133	45	161	7.126	7.287
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	19.878	684	4.416	63.028	67.444
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	33.185	1.785	37.399	214.390	251.789
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	699	15	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	150	3	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	36.207	248	2.049	133.046	135.095
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.546	1.167	57.609	141.785	199.394
Total (Nota 13.a)			123.798	3.947	101.634	559.375	661.009

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de

Notas Explicativas

gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação da estrutura de gerenciamento de capital, incluindo o Plano de Capital para o período de 2013 a 2015, tendo sido aprovado também pelo Conselho de Administração, em 14.12.2012. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo Gerenciamento de Capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.03.2013	31.12.2012
Operações de concessão de crédito e coobrigações	28.983.017	29.435.172
Público	1.424.851	1.482.348
Privado	27.558.166	27.952.824
Comércio	2.928.141	2.947.052
Comércio exterior	854.207	905.124
Habitação	242	242
Indústria	7.574.948	7.593.036
Infraestrutura	4.062.566	4.128.723
Intermediários financeiros	201.893	214.950
Microfinança urbana	1.643.044	1.637.913
Pessoas Físicas	212.710	210.694
Rural	6.360.241	6.441.335
Outros Serviços ⁽¹⁾	3.720.174	3.873.755
Operações de mercado	20.976.672	19.862.617
Títulos Públicos Federais	18.137.984	17.062.177
Operações Compromissadas	9.190.199	7.871.834
Outras	8.947.785	9.190.343
Depósitos Interfinanceiros	-	107.020
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.379.329	1.158.626
Outras Operações	1.459.359	1.534.794
Demais ativos ⁽¹⁾	2.911.791	2.945.858
Total	52.871.480	52.243.647

⁽¹⁾ O valor das demais coobrigações não referentes as operações de crédito do FNE passaram a compor o item "Outros Serviços" e não mais o item "Demais Ativos" como constava no exercício anterior.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para

Notas Explicativas

decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.071.424 (R\$ 5.366.682 em 31.12.2012). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.513.115 (R\$ 3.286.241 em 31.12.2012). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2013 (%)	31.12.2012 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	319,99	349,87
	Média dos últimos 12 meses	300,78	274,75
	Máximo dos últimos 12 meses	382,42	382,42
	Mínimo dos últimos 12 meses	195,93	195,93

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros calculados até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	31.03.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	115.891	355.326	185.321	93.445	-
Depósitos a Prazo	172.512	69.863	1.191.270	3.982.277	2.933.684
Operações Compromissadas	910.151	-	-	122.684	-
Letras do Agronegócio (LCA)	5.312	13.895	27.098	458	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.360.703
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	75.673	302.692	3.648.742
Total	1.203.866	439.084	1.479.362	4.501.556	7.943.129
Recursos Disponíveis (Nota 5)	6.710.970				

Especificação	31.12.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	67.206	90.545	439.746	98.457	-
Depósitos a Prazo	39.302	229.897	788.330	3.995.990	2.720.447
Operações Compromissadas	738.999	-	-	119.223	-
Letras do Agronegócio - LCA	33.318	11.267	23.042	455	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.332.382
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD	-	-	148.433	222.650	3.652.738
Total	878.825	331.709	1.399.551	4.436.775	7.705.567
Recursos Disponíveis (Nota 5)	6.484.104				

Notas Explicativas

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e de não negociação, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor da carteira Carteira de não negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	6.435.119	6.426.465	(8.654)	6.418.001	(17.118)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	2.028	2.024	(5)	2.019	(9)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	15.180	11.645	(3.535)	8.390	(6.790)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	999.709	951.047	(48.662)	906.091	(93.618)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(781.242)	(866.472)	(85.230)	(962.945)	(181.703)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	404.080	351.956	(52.124)	306.472	(97.608)
Cupom de TR	Redução do cupom	(1.888.795)	(1.888.787)	Sem perda	(1.888.361)	Sem perda
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.606.111	3.560.743	(45.368)	3.517.145	(88.966)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Notas Explicativas

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Demais Derivativos</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	Swap DI x Pre	(208.878)	(202.233)	(196.019)
		Ativo Prefixado	216.221	200.213	185.715
		Exposição Líquida	7.343	(2.019)	(10.304)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.300.849	1.261.662	1.224.286
		Passivo em ME	(1.297.574)	(1.276.035)	(1.255.302)
		Exposição Líquida	3.275	(14.373)	(31.016)

Na data-base de 31.03.2013, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O cálculo das parcelas que compõem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) está disciplinado pela Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007, do Conselho Monetário Nacional. A fração correspondente ao risco operacional é designada parcela POPR, definida na Circular nº 3.316, de 30 de abril de 2008, do Banco Central (Bacen), que estabeleceu os critérios da composição do indicador de exposição ao risco operacional. O Banco adotou, desde 2008, a metodologia de Abordagem do Indicador Básico (BIA). São utilizados 04 (quatro) grupos de contas empregadas no cálculo da Parcela de Risco Operacional (POPR): receitas de intermediação financeira, receitas com prestação de serviços, receitas de operações não incluídas as despesas de intermediação financeira. Referido cálculo é mensurado a partir da aplicação do fator de ponderação de risco de 15% (quinze por cento) sobre os saldos das contas de despesas e receitas em moeda nacional consideradas nos últimos 03 (três) anos

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela

Notas Explicativas

descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão mais ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 25.177 (R\$ 8.539 em 31.12.2012 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2013	31.12.2012	Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Disponibilidades	1.346	3.611	Depósitos	18.971	23.182
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.774	23.802	Relações Interdependências	4.142	15.578
Operações de Crédito	780.990	820.813	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	106.826	104.096
Outros Créditos	897.184	942.868	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.099.534	2.152.154
			Outras Obrigações	783.927	829.914
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.693.294	1.791.094	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.013.400	3.124.924
Operações de <i>Swap</i>	1.294.929	1.325.291	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.988.223	3.116.385	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.013.400	3.124.924

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções n°s 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.03.2013, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.03.2013, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 16,08% (16,24% em 31.12.2012), enquanto o PR foi de R\$ 4.933.747 (R\$ 5.184.271 em 31.12.2012). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.257.622 em 31.03.2013 (R\$ 3.366.123 em 31.12.2012).

Notas Explicativas

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.933.747	5.184.271
. Nível I	2.519.469	2.611.406
. Nível II	2.465.124	2.572.865
. Deduções	-50.846	-
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.257.622	3.366.123
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.718.927	2.872.393
. Parcela PJUR	10.707	3.707
. Parcela PCOM	334	350
. Parcela POPR	527.654	489.673
c) Valor do RBAN	117.720	146.338
Margem (a-b-c)	1.558.405	1.671.810
Índice de Basileia (Circular Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	16,66%	16,94%
Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	16,08%	16,24%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Patrimônio de Referência (PR)	4.933.747	5.184.271
. Nível I	2.519.469	2.611.406
Patrimônio Líquido	2.509.925	2.683.751
Contas de Resultado Credoras	1.740.261	-
Contas de Resultado Devedoras	(1.762.445)	-
Reservas de Reavaliação	(22.331)	(22.904)
Créditos Tributários Excluídos	(6.632)	(6.633)
Ativo Permanente Diferido	(809)	(942)
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.500	(41.866)
. Nível II	2.465.124	2.572.865
Reservas de Reavaliação	22.331	22.904
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.244.559	1.202.392
Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.360.703	1.332.382
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(61.500)	41.866
Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	(100.969)	(26.679)
Excesso de Capital Nível II em relação ao Nível I	-	-
. Deduções	(50.846)	-
(-) Ativos Classificados como Instrumentos de Dívida Subordinada	(50.846)	-

⁽¹⁾ O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

⁽²⁾ Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	4.933.747	5.184.271
Limite para Imobilização	2.466.873	2.592.135
(-) Situação	222.903	200.619
Margem	2.243.970	2.391.516
Índice de imobilização	4,52%	3,87%

Notas Explicativas

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	431.418	443.895
Total	431.418	443.895

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a. e Nota 26)	633.204	661.009
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.582.451	1.586.201
Tesouro Nacional	815	809
BNDES	1.433.477	1.435.621
Finame	148.159	149.771
Outras Obrigações	9.625.996	9.069.111
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	7.020.734	6.534.337
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.244.559	1.202.392
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h)	1.360.703	1.332.382
Total	11.841.651	11.316.321

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Passivos		
Benefícios pós-emprego Capef BD (Nota 16.i)	597.074	576.635
Benefícios pós-emprego Capef CV I (Nota 16.i)	-	99
Benefícios pós-emprego Camed (Nota 16.i)	765.952	750.576
Total	1.363.026	1.327.310

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Benefícios de Curto Prazo	927	620
Honorários	852	575
Diretoria	739	491
Conselho de Administração	56	46
Conselho Fiscal	57	38
Outros	75	45
Participação no Lucro	-	-
Total dos Benefícios de Curto Prazo	927	620
Benefícios Pós-Emprego	48	58
Total	975	678

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

Notas Explicativas**NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente**

Especificação	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2012
Lucro Líquido	(22.184)	68.939
Outros Resultados Abrangentes	(173.252)	12.705
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(172.276)	36.637
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	68.910	(14.655)
Realização da Reserva de Reavaliação	956	955
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(382)	(382)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(70.460)	(9.850)
Resultado Abrangente	(195.436)	81.644

NOTA 30 - Outras Informações**a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2013	31.12.2012
Créditos Abertos para Importação	9.351	23.804
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	40.450	82.669
- FNE	15.485.964	15.153.541
- Outras Entidades	65.509	64.584
Coobrigações em Cessões de Crédito	25.337	24.786

Fortaleza, 16 de abril de 2013

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Informações Trimestrais

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

31 de março de 2013

com Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3I), em decorrência da mudança de política contábil, com a aplicação da norma revisada CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com

base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de maio de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente